

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE REALIZADA NO DIA 14/03/96, NO 14º. ANDAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, AV. AFONSO PENA, 2336.**

Aos quatorze dias do mês de março de mil, novecentos e noventa e seis, o Conselho Municipal de Saúde realizou reunião extraordinária. Às 14:57 horas, já com existência de quorum, o Secretário Geral do Conselho, Jader Campomizzi, iniciou os trabalhos informando primeiramente que o objetivo dessa plenária extraordinária era discutir a questão do Fundo Municipal de Saúde, iniciando com a parte de informes conforme tradição do Conselho Municipal de Saúde. Jader Campomizzi, em nome da Comissão Organizadora da V Conferência, informou sobre a mudança do local de realização da V Conferência Municipal de Saúde, seria no Ginástico mas houve problemas de contratação pois o Ginástico tinha dívidas com o INSS, foi conseguido o ginásio da AABB na Pampulha, local confortável, com alimentação no próprio local. Os ônibus sairão de cada regional passando por trajetos diferenciados. Segundo informe é sobre o ciclo de debates, dia 28 será na Escola de Medicina, dia 9/04 e 18/04 serão no IMACO. A conselheira Maria Josefina solicitou que fosse pautado um dia para discutir a questão da Terceirização pois eles estão cobrando uma resposta do Conselho e uma resposta da Secretaria. O conselheiro Boaventura Mendes informa que o Hospital São José da Faculdade de Ciências Médicas está para fechar, os professores e médicos se encontram em greve, o Hospital não paga encargos sociais, nem salário mínimo aos funcionários, e quer que a Mesa Diretora encaminhe alguma coisa. Jader Campomizzi relata a ida à Câmara dos Vereadores dos conselheiros Jader, Dr. César, Paulo Augusto, Warlene e Garcia para falar da V Conferência e trabalhar um melhor relacionamento entre Conselho e Câmara. Discutiram o Fundo Municipal de Saúde, Hospital Venda Nova. O conselheiro Evaristo Garcia diz ter cobrado uma posição sobre o Pronto Socorro de Venda Nova. Paulão acrescenta ter também abordado a questão do Cardiominas onde tem milhões enterrado lá e que o que o vereador Alexandre Gomes falou é uma brincadeira, que ele está achando que no Conselho não há seriedade. Jader informa que no dia 25/03 encerram as inscrições para teses, e toda terça feira a Comissão Organizadora da Conferência se reúne e que as Conferências Distritais são a base do sucesso da Conferência Municipal. Jader informa ainda os nomes de representantes nessa plenária, O Dr. Márcio Costa do Sindicato dos Médicos e Benedito R. Pereira da Federação das Associações de Moradores do Estado de Minas Gerais representam o Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais. A conselheira Adélia foi indicada para representar o Conselho na II Conferência Distrital do Centro-Sul no dia 22/03 às 19 horas. A indicação foi aprovada. Irene, conselheira distrital do Barreiro faz a seguinte denúncia, um usuário belorizontino quebrou o braço e foi atendido em Contagem no Hospital Santa Rita e colocaram uma platina errada no braço dele. O hospital marcou nova cirurgia para o dia 12/03 e nesse dia o hospital disse que não mais faria a cirurgia porque não era mais emergência e o mandaram ao PAM Campos Sales para providenciar uma guia e este mandou- o ao Centro de Saúde Urucuia de sua região. A gerente ligou para a Central de Marcação, Central de Internação que mandou enviá-lo ao PAM Amazonas. Não se resolveu. Irene passou o caso para a Mesa Diretora fazer o encaminhamento. O conselheiro Robson cobrou do vereador Alexandre Gomes o compromisso de marcar uma audiência com o Dr. Rafael Guerra, na Secretaria de Estado. O vereador respondeu que provavelmente será segunda ou terça feira. O conselheiro Evaristo Garcia argumenta que não deve marcar audiência, ele tem é que ir à Venda Nova. Boaventura questiona aparecer em pauta a discussão sobre o Fundo Municipal e Jader explica que foi uma deliberação do Conselho Municipal de Saúde por uma plenária extraordinária após notícias veiculadas em jornais sobre o uso do Fundo Municipal de Saúde. Com o tumulto que estava no auditório, a plenária foi suspensa até a

chegada do prefeito. Com a chegada de Dr. Patrus Ananias, Jader lê a 1ª. moção do PAM Sagrada Família com posição contra ao repasse de verbas do Fundo Municipal de Saúde para pagamento de salário de funcionários. a 2ª moção é do Conselho Comunitário HJK que manifesta contrário ao pagamento do gatilho salarial dos servidores com recursos do Fundo Municipal de Saúde. A 3ª. moção, da CUT-MG, Sind-Saúde, Sinder, Sindsep, Sintsprev, CTSS da CUT contrária a utilização dos recursos do fundo para pagamento da folha de servidores. Dr. César diz que o Prefeito Patrus Ananias veio conversar com o Conselho Municipal de Saúde sobre questões de saúde, não haverá deliberação nem aprovação apenas uma discussão e exposição do senhor Prefeito. O prefeito Patrus diz querer esclarecer dúvidas e linhas cruzadas entre o prefeito e o Conselho, fala do compromisso da Frente BH Popular com a aplicação dos recursos onde a vida humana estivesse sendo mais agredida, invertendo prioridades. Fala da criação do Conselho e do Fundo Municipal de Saúde na legislação passada, do seu compromisso com o SUS, no avanço de Belo Horizonte com a semi-plena e o reconhecimento disso a nível nacional, dos projetos da Secretaria Municipal de Saúde de maior relevância como Projeto Vida, combate à mortalidade infantil, atendimento de urgência/emergência, as unidades de resgate, do investimento de 10% a 13% na saúde. Diz que o primeiro motivo de sua vinda ao Conselho é reafirmar o compromisso da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte de garantir a aplicação de 10% dos recursos públicos municipais na saúde. O compromisso fundamental com as prioridades estabelecidas, os projetos, as políticas definidas são sagradas, intocáveis, o atendimento urgência/emergência, as unidades 24 horas, a melhoria no atendimento nos Centros de Saúde, ampliação do Hospital Odilon Behrens, Projeto Vida, etc. O segundo ponto, os projetos básicos são intocáveis, os recursos do Fundo são prioritariamente e basicamente destinados à viabilização e implantação desses projetos, pela legislação vigente, as licitações exigem que os recursos estejam disponíveis e nesse momento estamos licitando, portanto não está nas considerações da PBH nenhum desvio por mais necessário, ético por mais legal que ele seja sobre esses recursos que estão destinados à viabilização dos projetos básicos da saúde. O 3º ponto é o reconhecimento ao papel fundamental deste Conselho. Em nenhum momento, foi considerada a hipótese de diminuir ou de atravessar este Conselho na definição de políticas na área de saúde ou na decisão com relação aos recursos encaminhados através do SUS ou da PBH para essa área. Outro motivo deste encontro e compromisso que reafirmo hoje aqui em nome do governo e da Frente BH Popular é o respeito ao CMS como formulador de políticas nesta área e de có responsável pela sua implementação. Considera que para agilizar e potencializar nossas ações, a Unificação de todos os recursos neste Fundo inclusive os 10% intocáveis da Prefeitura possibilitando uma gestão única e facilitando o processo de prestação de contas que a PBH tem feito rigorosamente com relação ao Conselho. Quando se fala da possibilidade do Fundo Municipal de Saúde assumir o pagamento dos trabalhadores na área de saúde não se pretende reduzir as responsabilidades da Prefeitura que continuará colocando rigorosamente pelo menos 10% que se compromete com o próprio sistema da semi-plena, O que se pretende é maior autonomia do Conselho na aplicação dos recursos e agilização dos serviços. O pagamento dos servidores na área de saúde me parece que ampliaria as competências do Conselho. Não implicaria que a Prefeitura estaria abrindo mão dos seus compromissos e não implicaria que o pagamento dos servidores da área de saúde estivessem sendo subtraídos de outras prioridades, estariam assegurados os recursos da esfera tripartite a nível federal, estadual e do poder municipal. O poder municipal garante a sua presença com os 10% pelo menos. Há um crescente reconhecimento na cidade de que o nosso trabalho tem marcas prevenidas e definitivas, o compromisso ético, a transparência, o compromisso com a desprivatização do poder público, dos recursos públicos e equipamentos que devem estar a serviço da comunidade. Hoje estamos constrangidos porque perdemos receita com o Fundo de participação dos municípios, o governo

federal retirou 20% dos municípios, perdemos com a reforma estadual do ICMS para repassar recursos para municípios mais pobres, Belo Horizonte entre elas, perdemos com o fim do imposto sobre combustíveis, perdemos com a crise econômica, a recessão, o esvaziamento econômico da cidade, do nosso estado, do nosso país e a recessão que fez cair a receita de um lado, rescindir diretamente o ISS e outros tributos. Para funcionar as unidades de saúde que já estão prontas precisamos contratar 500 profissionais para implantar as unidades 24 horas e posteriormente mais 500 profissionais garantindo o pleno funcionamento das unidades de saúde. A Prefeitura de Belo Horizonte tem dificuldades de trazer para a folha dos servidores da saúde mais 1000 trabalhadores nessa área, isso pesaria na folha de uma forma que a prefeitura não poderia assumir. O que se coloca é que essas contratações prioritárias de novos profissionais estão dentro de uma concepção estratégica de saúde e deve estar também vinculado às competências e responsabilidades do Conselho e consequentemente no Fundo Municipal de Saúde. Ao final, Dr. César agradeceu e passou a palavra para Jader que passou a chamar os inscritos. O 1º. foi Geraldo Magno que pediu maiores esclarecimentos sobre a contratação de 1000 profissionais. Fátima Regina pediu esclarecimentos sobre quanto significa 10% do Tesouro, quanto em dinheiro é o repasse inclusive com o gatilho. Outro esclarecimento foi pedido sobre o concurso aberto, esses profissionais seriam desse concursos, ou terceirizados, está confuso. Senhor Antônio da Vila Pinho falou de recursos humanos para o Centro de Saúde 24 horas do Barreiro, da reforma do Centro de Saúde da Vila Pinho esta atrasado, pediu ginecologista e clínico e outros recursos humanos para o Posto do Tirol, Santa Cecília e Independência. O conselheiro Evaristo Garcia foi chamado para falar e as inscrições foram fechadas. Ele fez um breve histórico do trabalho do Conselho falando da descoberta de 5000 consultas fantasmas de internações, controle eletrônico das internações, 250 leitos para o Hospital Odilon Behrens, municipalização do HJK com mais 380 leitos, pressionando a conclusão do Pronto Socorro Venda Nova e Cardiominas serão mas 700 leitos, a merenda escolar, reformas dos Centros de Saúde. Somos respeitados eleitos numa conferência com mais de 5700 pessoas, dizem que não temos capacidade para exercer o controle social dos recursos que vem do Fundo mas querem é acabar que a comunidade controle o Fundo. Somos referência nacional, nosso trabalho está alastrando em todo o Brasil e vai acabar com a boca livre dos 10 e 11 bilhões que a rede privada está levando. Ricardo Menezes falou da organização de um projeto político para contrapor ao do governo federal já que na ideologia do governo federal, você consegue mais emprego quando perde direitos trabalhistas, na questão da Previdência, você ganha possíveis direitos futuros na medida em que quebra esses direitos trabalhistas. Diz que o governo quer privatizar saúde, que precisamos de aliados contra esse projeto danoso à população. A Prefeitura de Belo Horizonte tem obrigação de mostrar que o SUS é viável, é o prefeito contrapondo a um projeto neoliberal. Boaventura Mendes falou das declarações do prefeito na imprensa com relação à questão do Fundo Municipal e os 40 milhões, que só vem para destruir o SUS. Essa prefeitura não tem expressado com aqueles que matam a população nas filas dos hospitais. Está decepcionando com a administração que prefere plantar grama na Antônio Carlos e vai à imprensa e diz que não tem dinheiro para pagar o funcionalismo. O conselheiro Ivan disse da carência de recursos humanos para as policlínicas já prontas entrarem em funcionamento. Desde a VIII e IX Conferência havia o pressuposto de que o recurso descarimbado, sem muita rubrica do próprio Fundo Municipal para viabilizar todos os projetos da saúde. Constituir um fundo único de saúde vem um pouco tarde mas com a garantia dos 10% no mínimo do senhor prefeito, vamos fazer com que o SUS em Belo Horizonte venha cada vez mais se consolidando no sentido de termos um serviço público efetivo e resolutivo para a população. Geraldo Carvalho disse que causa preocupação o que Ricardo Menezes coloca que o governo não está preocupado com o SUS, de deixarem o SUS desaparecer estão matando à mingua a população. Gostaria de saber em que pé

andam os projetos elaborados por esse Conselho, como a municipalização do HJK. Citou também o Pronto Socorro Venda Nova e Cardiominas. Lourdinha coloca que no momento o governo federal socorre os bancos privados e não coloca na questão social. A prefeitura de Belo Horizonte vem aqui assumir os 10% e assume na prática, se há que cobrar é do governo estadual que não constrói o Pronto Socorro de Venda Nova e que não coloca os 10% na saúde, do governo federal. Eu acho muito louvável quando a prefeitura vem aqui e diz “eu vou colocar no município 10% na saúde de Belo Horizonte”, assumindo compromisso com a saúde. A segunda questão é da autonomia do Fundo, e o terceiro é sobre o Controle Social na medida em que há o reconhecimento de que a participação popular, que vai definir o que fazer com o dinheiro do Fundo. Essas três questões demonstram o compromisso dessa administração com a saúde. O que está acontecendo em outras prefeituras do país é o contrário. Quem está privatizando é o PAS do Maluf em São Paulo. A conselheira Lêda deseja maior empenho na questão dos medicamentos. Tem muita coisa boa aqui implantada mas falta recursos humanos e medicamentos. A conselheira Lídia, reafirma posição que os 40 milhões discutidos desde setembro/95 tem destinação garantida apesar de vários quererem levar isso do ponto de vista eleitoral, de denegrir a imagem da Secretaria, reconhecida a nível nacional, inclusive pelos mecanismo de auditoria do Ministério da Fazenda cujo primeiro item da conclusão foi igual. A Secretaria Municipal de Saúde tem todas as condições de levar adiante o processo da semi-plena e demonstram competência nos mecanismos de controle e avaliação. Há alegria em concretizar a proposta histórica do movimento sanitário a nível nacional, os recursos vão ser liberados pelo movimento social. Esse é o movimento que nós construímos, referência inclusive para outros movimentos sociais como a LOAS. Esta é uma proposta inovadora, vai ser discutida na Câmara. Paulão pediu que sejam eliminadas as amarras e facilite a implementação desses recursos, pediu para resolver o problema da greve dos professores pois saúde é educação. Robson Itamar disse que é inegável que a prefeitura sofre de ataduras impostas pelo projeto neoliberal implantado pelo senhor FHC. Nós assistimos nessa semana a negociação do governo estadual com a Caixa Econômica Federal onde entrega para o capital privado o Bemge e as ações da CEMIG. Esse projeto neoliberal propõe o sucateamento do serviço público, a gente sabe que nesse barco a prefeitura não está. Faz três pontuações - a primeira: qual é a garantia legal que teríamos no repasse dos 10%, a segunda como funcionário municipal o informativo da Prefeitura de Belo Horizonte informa que é a única prefeitura que estava dando gatilho, queria saber se a prefeitura não tinha o cálculo do impacto na folha, e a terceira ponto é se gasta mais de 3%, do orçamento, se na folha está incluído esses 3%. O conselheiro João Athaíde disse que ouviu na voz do Brasil, o presidente dizendo que a situação melhorou bastante, quem ganha 1 a 3 salários está podendo comprar eletrodomésticos. Isso é da maior gravidade.. José Brasil falou da CPI da Câmara Municipal para investigar o Conselho Municipal de Saúde, é relator da CPI, disse que é para esclarecer e não para acusar, que vai analisar completamente pois o recursos que está guardado é muito grande, tem dinheiro no Banco Econômico e lá em Pernambuco. Outra coisa é o médico neurologista, por exemplo, recebe 600 reais mas estuda 10 anos de estudo superior. Outra coisa a prestação de serviços se for boa pode ser particular ou pública. Dr. César Campos esclareceu que não vai votar nada hoje, só conversar, os projetos da saúde são intocáveis, são sagradas. Os 40 milhões que representam 35 dólares per capita, o pessoal acha que é muito e é uma miséria. Esses 40 milhões não vão ser mexidos, são intocáveis. Os 10% o prefeito reafirma que é no mínimo 10%, a proposta sobre o Fundo do senhor Prefeito é que a gente tenha autonomia plena no Fundo Municipal de Saúde. Sobre recursos humanos o prefeito está dizendo que não existe condições de contratar esse pessoal mas o fundo tem condições e tem dinheiro mas não tem autonomia devido à uma lei municipal que impede o fundo de fazer a própria contratação. As outras 500 pessoas a contratar são aquelas que

em toda reunião aparece uma ou duas reivindicações. O HÔT não pode fazer isso mas o fundo pode se tiver autonomia plena. Em 95 arrecadamos 11 milhões de reais, esse ano também daria para a gente assumir a folha da prefeitura, sozinhos não mas uns 10% sim. O prefeito Patrus disse que ia se ater às questões do debate, reafirmou compromisso com a aplicação de 40 milhões no fundo em função das prioridades estabelecidas pelo conselho, agilizar obras, integração do Conselho com a prefeitura. Disse ser mais salutar e pode agilizar a prestação dos serviços a autonomia do fundo inclusive contratação de pessoal, inclusive remuneração, etc. O Geraldo colocou a questão do talvez, eu não estou em cima do muro, eu tenho uma avaliação de que quanto nós tivemos fundos em algumas áreas estratégicas como saúde e outros o processo seria democratizante. A idéia é criar espaços mais autônomos, é uma reflexão que eu vou levar para outros setores da administração. A pergunta da Fátima Regina. A arrecadação tributária foi de 473.862.958,78 a média da folha somando Secretaria Municipal e Hospital Odilon Behrens foi 4.600.000,00, o repasse foi ao longo de 58.000.000,00 da prefeitura aproximadamente 2,8% desse total, 3% desse total, 58.000.000,00 arredondando 60.000.000,00, o que dá um repasse médio mensal de 5.000.000,00. Algumas pessoas mencionaram o atraso das obras mas tudo tem que licitar, é uma lei burocratizada que trabalha com longos prazos, é uma lei que tem o critério do menor preço que é questionável porque ganham empresas que não são idôneas, sem experiência, sem capacitação técnica, que não tem lastro financeiro. Ganha e pára a obra no meio. O HJK é um grande desejo nosso, falei novamente com o governador porque é uma ação de mão dupla, integrada com o governo estadual. Devo ter brevemente um novo encontro com ele. Sobre o plano de cargos e salários tem que ser na esteira do estatuto, vamos avaliar com maior empenho. Eu quero agradecer a todos aqui a oportunidade desse encontro, o espaço de debate e diálogo. O prefeito saiu e a plenária continuou. A mesa diretora pediu à secretaria e prefeitura que formalizasse a proposta. O outro assunto foi a apreciação de uma matéria que saiu no jornal Diário da Tarde no dia 13/03/96 na página 10. Finhinha leu a notícia cujo título era “CPI DA SAÚDE”, “VEREADOR AMEAÇA FAZER QUEIXA ATÉ NO MINISTÉRIO PÚBLICO”. Após a leitura Dra. Lídia esclarece que todos os conselheiros têm o documento em que a matéria se refere inclusive a justiça. Nos relatórios financeiros do primeiro trimestre de 95 ou antes, onde foi apresentado os bancos onde foram feitas as aplicações. Todos os bancos são oficiais, a distinção é entre público e privado. O Conselho Municipal de Saúde tem um arquivo que comprova as aplicações no Pontual, Multibanco e vários outros bancos. Não aplicava por mais de 30 dias, é de domínio público que existem vários bancos quebrados. Quando houve a intervenção no Econômico, a Procuradoria imediatamente entrou com um processo junto ao Banco Central, junto ao Ministério Público para reaver os recursos. O Banco Central está soltando paulatinamente o dinheiro. A nota dos vereadores no jornal fala em abertura de conta e não precisa sequer levar à Câmara, por lei nós anualmente prestamos conta inclusive por uma decisão pessoal do senhor Prefeito, são vistos todos os nossos bens, contas e saldos em conta. Aqui não se faz prática de fazer uso indevido dos recursos públicos. Jader coloca a gravidade das acusações quando ele fala em uso indevido de verbas do SUS, negociata, financiamento de campanhas políticas, isso atinge o Conselho. A conselheira Adélia faz proposta de moção em resposta à matéria do Diário da Tarde. Eduardo propõe publicação da moção em matéria paga em dois jornais de maior divulgação. Evaristo Garcia lembra a disputa do PT e tucanos, a manifestação dos professores no Minascentro. João Atháide lembra a lei de imprensa e sugere exigir que a imprensa dê o mesmo destaque. Rogério reforça a proposta do Eduardo e divulgação dos relatórios financeiros de 95 e prestação de contas. A aprovação da moção foi feita com 14 votos e 2 abstenções. Boaventura pediu declaração de voto dizendo que o Conselho está deixando muita coisa a desejar, dando dupla interpretação. Lourdinha criticou Boaventura que por duas vezes levantou suspeitas sobre as decisões tomadas pelo Conselho.



Na réplica do Boaventura ele manteve sua posição. Jader encaminhou votação das cinco propostas: matéria paga, repasse para imprensa, trabalhando junto com jornalistas, distribuição ampla do documento, distribuição do relatório. Aprovou por 13 votos e 2 abstenções a aprovação em bloco dos encaminhamentos. Geraldo Magno propôs que a reunião extraordinária para prestação de contas passasse do dia 21 para o dia 28 e foi encerrada a plenária.